

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Neldan de Araujo Oliveira¹, Francisca Jacira Freire de Sousa Siqueira², Maria Coelho Pimentel Gomes³, Roseli Albino dos Santos⁴

¹Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Rua Visconde do Rio Branco,210 – Centro – Taubaté, neldaner@uol.com.br

²Universidade de Taubaté/ Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Rua Visconde do Rio Branco,210 – Centro – Taubaté, jacirasiqueira2009@hotmail.com

³Universidade de Taubaté/ Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Rua Visconde do Rio Branco,210 – Centro – Taubaté, ma.coelhopimentel@bol.com.br

⁴Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Rua Visconde do Rio Branco,210 – Centro – Taubaté, roselialbino@uol.com.br

Resumo- Neste artigo são propostas algumas reflexões sobre a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico como instrumento de democratização da escola pública e a análise de como se deu sua construção no Município de Chapadinha - MA. Nesta perspectiva, buscou-se fundamentação na Constituição Federal, na LDB nº 9.394/96 e em teóricos como Libâneo, Gadotti, Padilha, Vasconcelos, Veiga e no relato da coordenadora de ensino do Município de Chapadinha – MA quando perguntada sobre a construção do Projeto Político Pedagógico. Enfatiza-se que essa construção deve ser coletiva e democrática para que fique clara a participação de todos e todas que fazem a comunidade escolar. O método da pesquisa foi bibliográfico.

Palavras-chave: Escola Pública, Projeto Político-Pedagógico, Participação coletiva

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

A Escola Pública está inserida em uma realidade complexa, marcada pela ideologia capitalista que perpassa os setores econômico, social e político, determinando atitudes, comportamentos como também as práticas pedagógicas e organizacionais. Neste contexto, a escola encontra-se profundamente alicerçada pelo modelo administrativo empresarial, centralizador de decisões verticalizadas e autoritárias como produtora e reprodutora de mão de obra (LIBANEO, 2008).

A partir da década de 80, com o fim do regime militar, o País passa por um momento de transformação socioeconômica e inicia-se um processo de democratização política onde os reflexos dessas transformações também são percebidos nas políticas direcionadas à educação, uma vez que a escola começa a ser percebida como uma organização social cuja participação coletiva é essencial para a construção de um projeto educativo que leve em consideração o contexto local e a forma de vida dos indivíduos (VASCONCELOS, 2006).

Para Libâneo (2008), esta escola tem sofrido um processo de grandes mudanças, decorrentes do próprio contexto social no qual

encontra-se inserida, e que a tem impulsionado à superação do antigo paradigma que a norteava, para aderir a um novo modelo de gestão e práticas mais democráticas, visando atender às novas demandas da sociedade. Neste sentido, o Projeto Político-Pedagógico surge como um instrumento capaz de direcionar o fazer escolar para um trabalho mais crítico, dinâmico, reflexivo e significativo.

O objetivo do presente artigo é propor algumas reflexões sobre a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico como instrumento de democratização da escola pública.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir da análise de fontes bibliográficas como a Constituição Federal, a LDB nº 9.394/96, Libâneo, Vasconcelos, Padilha, Veiga e Gadotti e no relato da coordenadora de ensino do Município de Chapadinha quando perguntada sobre a elaboração do projeto Político Pedagógico no município.

Resultados

A partir do relato de Lima, (2010) coordenadora de ensino do Município de Chapadinha – MA sobre a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais, o ponto de partida se deu a partir de uma reflexão acerca da escola pública com suas características e condicionalidades históricas locais. Em linhas gerais, entende-se que a participação coletiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico é levada em consideração como elemento principal de expressão do espírito democrático no campo da educação.

Contudo, o Projeto Político-Pedagógico foi construído a partir de um grupo de profissionais diretamente ligados à Secretaria Municipal de Educação e que teve a incumbência de produzir um documento o mais democrático e participativo possível, porém somente com a equipe pedagógica que compunha a Secretaria Municipal de educação.

Segundo a Coordenadora de ensino do Município, a discussão para a construção do Projeto Político-Pedagógico iniciou-se no ano de 2002 em que na ocasião se discutia o Plano Decenal do Município. Com isso foi criado um grupo de estudo formado pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Supervisores da Rede, Diretores de Escolas e uma técnica contratada pela Secretaria para ajudar a equipe a construir o Plano Decenal e um Projeto Político-Pedagógico para a Rede Municipal de Ensino.

Mais adiante, com os trabalhos bastante avançados, segundo Lima (2010), em 2004, no calor da discussão para a construção do Projeto Político-Pedagógico, a Equipe Pedagógica e os Supervisores passaram a fazer encontros periódicos nas Escolas da Zona Urbana, para adequar o Projeto Político-Pedagógico construído para a Rede à realidade de cada Escola. Para isso, a Equipe Pedagógica e as direções das Escolas reuniram-se com o corpo de funcionários e passaram a discutir para que fossem propostas alterações a fim de consolidar a devida adequação do modelo do Projeto Político Pedagógico da Rede à realidade local de cada Escola. No final de 2004 e início de 2005, implantou-se o Projeto Político Pedagógico em todas as Escolas da Zona Urbana.

Conforme consta acima no relato da coordenadora, houve certo esforço em democratizar o processo a través do encaminhamento à escola para que se pudesse trazer sua contribuição para seu PPP específico. Entretanto, nem todos os membros da comunidade escolar foram ouvidos, especialmente os pais e os alunos, público final no processo de ensino-aprendizagem.

No caso das escolas da zona rural a situação é pior ainda, dado o fato de que nem mesmo de forma centralizada o PPP foi construído e implantado. Segundo Lima (2010) nas escolas da Zona Rural, apenas 30% (trinta por cento) possuem seu projeto implantado. Para as demais será necessária uma construção única para as demais escolas, pois tratam-se de pequenas comunidades com número reduzido de alunos com previsão de implantação é para 2011.

Quando elaborado de forma ética e participativa, o Projeto Político-Pedagógico pode ser considerado um instrumento de transformação, pois vai expressar o compromisso de um grupo em uma caminhada.

Havendo este compromisso, o envolvimento dos pares será maior, as críticas passam a ser vistas não de forma tão pessoal, mas como algo que deve ser superado para melhoria e as fragilidades da Escola tende a diminuir; e sendo o projeto um instrumento transformador e integrador da prática escolar, ele passa também a ser o ponto referencial da caminhada, determinando o que a Escola precisa fazer (e como fazer) para obter melhorias no seu desempenho e avanços significativos para todos os envolvidos.

Discussão

A Escola Pública no Brasil foi marcada por muitos momentos difíceis. As lutas sociais por uma educação pública de qualidade marcaram uma era de democratização do ensino e grandes mudanças na Constituição Federal e de outras leis de reforma da Educação no País (GADOTTI; ROMÃO, 2004).

Com a Constituição promulgada em 1988 fundamentou-se a gestão democrática do ensino público, além de prevê-la expressamente no Art. 206, VI, que institui a *Democracia Participativa*. Em consonância com a Constituição, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM) estabelece como princípio a Gestão Democrática do ensino público na forma desta Lei e das Legislações dos Sistemas de Ensino (Art. 3º, VIII). Já no Art. 14, define as normas da Gestão Democrática do ensino público na educação básica de acordo com as peculiaridades locais obedecendo os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e das comunidades escolar e local nos conselhos de Escola.

Segundo Gadotti e Romão (2004), o projeto político pedagógico construído coletivamente de acordo com as reais necessidades e identidades da escola, converter-se-á em um método que viabilizará a construção

da autonomia da escola e a concretização de sua função social. A Escola Pública compreende um espaço em que a comunidade tem o direito de intervir através de sua participação, e um dos instrumentos legais do exercício de cidadania dentro da Escola é a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico. Precisa-se entender que a Escola é um ambiente de reflexão, de convivência e de democracia. Com isso, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento social democrático que relaciona as necessidades da Escola e os objetivos que pretende alcançar.

Nos dias atuais, a Escola transformou-se no ponto de apoio às famílias nas comunidades onde está inserida e que na grande maioria dos casos é mesmo considerada como a única fonte de informação, convivência social e transformação.

A sociedade mais carente encontra-se, muitas vezes, privada de exercer sua cidadania por desconhecer seus espaços de atuação e de poder e essa conscientização faz parte da função social da escola. Esse fazer coletivo passa pelo planejamento educacional e das ações por todos que compõem o corpo docente da escola. Todo Projeto Pedagógico da Escola é, também, um Projeto Político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico porque define as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seu propósito e sua intencionalidade (VEIGA, 1995).

Pensar o Projeto Político-Pedagógico da Escola é essencialmente exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivamente. Ele defende a elaboração do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva do planejamento dialógico, garantindo a participação de vários seguimentos escolares. Para tanto, ele adota uma metodologia dialógica e problematizadora que possibilita a reflexão, o debate das idéias e a realização de sínteses pelas equipes de trabalho e posteriormente serão discutidas em plenário. Desta forma, todas as transformações da sociedade têm influenciado na forma de como a escola se coloca diante desses desafios. Um novo olhar para o fazer social e pedagógico num processo democrático capaz de transformar a comunidade em que faz parte (PADILLHA, 2005).

A necessidade de que cada instituição de ensino busque a construção de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento norteador da ação educacional tem sido enfatizada como fundamental para o desenvolvimento de um processo educacional de qualidade.

Contudo, na realidade, não é isso que verdadeiramente acontece. O que se vê são Projetos Político-Pedagógicos construídos dentro das Secretarias de Educação sem nenhuma consulta previa à comunidade onde a Escola está inserida, realidade vivida pelas Escolas Municipais de Chapadinha-MA. Na dimensão pedagógica está a efetivação da função da Escola, que é a formação do cidadão participativo, criativo e crítico. Elaborar o Projeto Político-Pedagógico não encerra o processo, ao contrário, é um processo que deve estar sendo sempre reiniciado, uma vez que não pode gerar um único tipo de saber ou de pensamento, mas está em constante renovação.

O projeto busca um rumo, uma direção, porém com um compromisso definido pelo grupo, de forma coletiva. Porém, com a própria exclusão da comunidade escolar desse processo já se configurou uma falha estrutural do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha - MA conforme percebeu-se no relato da coordenadora de ensino do Município. Não se pode afirmar que tenha havido má intenção ao se constituir esta equipe preparatória do PPP. Na verdade, a falta de intimidade com o tema, a urgência em sua preparação e a empolgação pela novidade de sua proposta levaram a essa empreitada.

Conclusão

Diante do exposto foi possível entender como deve se dar a relação da Escola na construção do Projeto Político-Pedagógico, visto que o mesmo deve ser construído a partir de uma análise do meio em que a Escola está inserida, passando por um processo democrático de construção e implementação.

A Escola está vivendo um momento de grande transformação na redemocratização do ensino. Com isso, faz-se necessária uma gestão participativa, democrática e autêntica capaz de fazer da Escola um espaço de construção de conhecimento para o exercício da cidadania que se dará com a participação de todos(as) que fazem a comunidade escolar.

O Projeto Político-Pedagógico é, ao mesmo tempo, meio e essência da vivência democrática no espaço educacional. Seu discurso e sua prática precisam estar mediados pela coerência ética, metodológica e ideológica. Se, por acaso, for implantado por imposição ou mero cumprimento de normas burocráticas, pouco contribuirá para a implementação de mudanças efetivas.

Contudo, sua construção e implantação se dão de forma dialética, pressupondo o confronto de idéias, o respeito à diversidade e o espírito livre das consciências. Tal realidade não se consegue

de maneira imediatista ou superficial, mas por meio da interação entre os grupos e as ideologias presentes na sociedade, interação esta que se dá, inclusive, muitas vezes, de forma conflitiva e instável, mas não podendo esquecer que são as diferenças que produzem diferenças.

Referências

BRASIL, **Constituição Federal 1988**. Senado Federal, Brasília, 2010.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN nº 9.394/96. Câmara dos Deputados, 5ª ed. Brasília, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E.. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 6.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. – (Guia da escola cidadã; v.1).

LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar**: Teoria e Prática. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF LIVROS, 2008.

LIMA, Francilene. **Questão sobre a construção do PPP de Chapadinha-MA**. Chapadinha-MA: SEMED, 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico e projeto político-Pedagógico da Escola**. IN: **PLANEJAMENTO DIALÓGICO** – como construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

VASCONCELLOS, Celso S.. **Projeto Político-Pedagógico**: conceito e metodologia de elaboração. In: **Planejamento, Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: LIBERTAD, 2006b.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G, **Escola**: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1995.